



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - IFTO
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JAKELINE ESPIRITO SANTO DE SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS BRINCADEIRAS COM
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**PORTO NACIONAL - TO
2025**

JAKELINE ESPIRITO SANTO DE SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS BRINCADEIRAS COM
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em
Pedagogia, do Instituto Federal de Educação Ciência
e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto Nacional,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. Me. Paulo César de Sousa
Patrício.

**PORTO NACIONAL -TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S725e Sousa, Jekeline Espirito Santo de
 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DAS BRINCADEIRAS
 COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO
 INFANTIL / Jekeline Espirito Santo de Sousa. – Porto Nacional, TO,
 2025.

32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
Campus Porto Nacional, Porto Nacional, TO, 2025.

Orientador: Me. Paulo César de Sousa Patrício

1. Brincadeiras. 2. Inclusão. 3. Deficiência Auditiva. I. Patrício,
Paulo César de Sousa. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

JAKELINE ESPIRITO SANTO DE SOUSA

**UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS BRINCADEIRAS COM CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Superior de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientador: Prof. Me. Paulo César de Sousa Patricio

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO CESAR DE SOUSA PATRICIO
Data: 10/12/2025 09:49:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me Paulo César de Sousa Patrício
Orientador
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br CYNTHIA SOUZA OLIVEIRA
Data: 10/12/2025 16:01:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Cynthia Souza Oliveira
Avaliadora
IFTO *Campus* Porto Nacional

João Raniery Elias da Silva

Prof. Me João Raniery Elias da Silva
Avaliador
IFTO *Campus* Porto Nacional

À Deus e todas as pessoas que me apoiaram e motivaram nesta jornada. A minha família. Aos meus Colegas de aula. E ao meu estimado Orientador Professor Paulo Patrício, pela dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada de conclusão de curso foi marcada não apenas por dedicação e estudo, mas, também, pela presença e apoio daqueles que moldaram quem sou e me deram força para chegar até aqui.

Quero agradecer primeiramente a Deus, fonte inesgotável de minha fé, por ter iluminado meus caminhos e me concedido a paz e a perseverança necessárias para superar todos os meus desafios e honrar os meus compromissos. Toda Glória e Gratidão são d'Ele.

Aos meus amados pais, Maria Joaquina e Manoel José, a saudade é a prova do amor que vive em mim. Este trabalho é dedicado à memória de vocês, que me ensinaram o valor da educação, do esforço e da dignidade. Embora não estejam fisicamente presentes para fazerem parte deste momento, tudo que construíram em minha vida é o pilar do meu sucesso. Carrego seus ensinamentos, seu amor e seu orgulho em cada linha escrita. Vocês são a minha eterna inspiração.

À minha Família, especialmente aos meus irmãos, por serem o meu porto seguro e a razão maior de todos os meus esforços. O amor de vocês é a minha maior recompensa. Esta vitória também é de vocês.

Aos meus colegas de aula, com quem dividi não apenas a sala, mas também as incertezas, as alegrias e as madrugadas de estudo. Gratidão pelo ombro amigo que tornou os desafios da graduação mais leve, pelas risadas e pelo aprendizado que compartilhamos que levarei para a vida. Em especial, ao meu grupo de estudo, pela parceria e incentivo.

Ao meu estimado Orientador, Prof.º Paulo Patrício pela orientação, dedicação e paciência demonstradas, seus conhecimentos foram cruciais para a concretização deste trabalho.

A todos que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste sonho, o meu profundo e sincero muito obrigada.

"A inclusão não é trazer as pessoas para o que já existe; é criar novos e melhores espaços para todos".

George Dei

RESUMO

A presente pesquisa teve como tema a contribuição das brincadeiras para a inclusão e o desenvolvimento de crianças com deficiência auditiva na educação infantil. Foi norteadada pelo seguinte questionamento: quais são as dificuldades encontradas na adaptação de brincadeiras para crianças com deficiência auditiva e de que forma estratégias de comunicação visual e tátil podem facilitar sua compreensão e participação? Teve como objetivo geral analisar como as brincadeiras podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência auditiva na educação infantil. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) identificar a importância das brincadeiras no desenvolvimento das crianças com deficiência auditiva; (ii) investigar de que forma essas atividades podem ser adaptadas às necessidades desse público; e (iii) verificar o impacto dessas práticas na autoestima e na socialização das crianças. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, contemplando 15 obras e 5 documentos normativos publicados entre 1975 e 2015. O público pesquisado foi indireto, composto por autores e produções científicas que tratam de inclusão, desenvolvimento infantil e práticas lúdicas adaptadas. Como principal resultado, pode ser verificado que as brincadeiras, quando planejadas com recursos visuais, táteis e gestuais, favorecem a compreensão, a participação, a autonomia e a socialização da criança surda, demonstrando que o lúdico é um instrumento essencial para promover inclusão e aprendizagem significativa na educação infantil.

Palavras-chave: 1. Brincadeiras; 2. Inclusão; 3. Deficiência Auditiva;

ABSTRACT

This research focused on the contribution of play activities to the inclusion and development of children with hearing impairment in early childhood education. It was guided by the following question: what difficulties arise when adapting play activities for children with hearing impairment, and how can visual and tactile communication strategies facilitate their understanding and participation? The general objective was to analyze how play can contribute to the teaching and learning process of children with hearing impairment in early childhood education. The specific objectives were: (i) to identify the importance of play in the development of children with hearing impairment; (ii) to investigate how these activities can be adapted to meet their needs; and (iii) to verify the impact of play practices on children's self-esteem and socialization. This study is qualitative in nature and was conducted through a bibliographical review, examining 15 academic works and 5 normative documents published between 1975 and 2015. The research audience was indirect, consisting of authors and studies addressing inclusive education, child development, and adapted play. As the main result, it was found that play activities planned with visual, tactile, and gestural resources enhance the comprehension, participation, autonomy, and social interaction of children with hearing impairment, demonstrating that play is an essential tool for promoting inclusion and meaningful learning in early childhood education.

Keywords: 1. Playtime; 2. Inclusion; 3. Hearing Impairment;

LISTA DE SIGLAS

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

RCNEI Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais

LBI Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

MEC Ministério da Educação

CNE Conselho Nacional de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 – Trabalhos selecionados da base de dados SciELO.....	21
Quadro 2 – Trabalhos selecionados da base de dados Google Acadêmico.....	21
Quadro 3 – Fontes normativas consultadas em sites oficiais do Governo Federal.....	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Educação infantil e inclusão: avanços e desafios	13
2.2 O papel do brincar no desenvolvimento da criança	14
2.3 Deficiência auditiva: aspectos educacionais e sociais	15
2.4 Práticas lúdicas inclusivas na educação infantil	16
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 Materiais e Métodos.....	17
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica.....	17
3.1.2 Abordagem Qualitativa	17
3.1.3 Coleta de Dados	18
3.1.4 Análise de Dados.....	18
3.2 Universo da Pesquisa	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos maiores desafios da escola contemporânea. No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação a todos, independentemente de condições físicas, sociais ou culturais, avanços significativos foram conquistados no campo das políticas públicas educacionais. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçou o direito da pessoa com deficiência de ter acesso à educação em todos os níveis, em igualdade de condições com os demais. Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser compreendida não apenas como acesso, mas como a garantia de permanência e participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Na educação infantil, esses desafios se tornam ainda mais evidentes, pois é nessa etapa que a criança estabelece suas primeiras relações sociais fora do ambiente familiar e vivencia experiências fundamentais para seu desenvolvimento integral. Para crianças com deficiência auditiva, o processo de inclusão exige adaptações metodológicas e estratégias pedagógicas que priorizem recursos visuais, corporais e táteis, uma vez que a oralidade não pode ser o único canal de comunicação. Nesse contexto, as brincadeiras assumem papel de destaque, pois representam muito mais do que simples momentos de lazer: constituem-se como práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social.

Vygotsky (1998) e Piaget (1975) já ressaltavam que o brincar é uma atividade fundamental para a construção de conhecimentos e valores sociais, permitindo à criança internalizar papéis, negociar regras e ampliar suas capacidades de atenção, memória, imaginação e raciocínio. Para as crianças surdas, as brincadeiras adaptadas possibilitam vivenciar experiências de cooperação e pertencimento, fortalecendo sua autoestima e promovendo sua participação ativa no grupo. Assim, compreender o impacto do brincar no processo inclusivo é essencial para pensar uma educação mais democrática e justa.

Diante desse cenário, esta pesquisa foi norteada pelo seguinte questionamento: Quais são as dificuldades encontradas na adaptação de brincadeiras para crianças com deficiência auditiva e de que forma estratégias de comunicação visual e tátil podem facilitar sua compreensão e participação no contexto inclusivo?

Com base nessa problemática, o objetivo geral deste estudo: Analisar como as brincadeiras podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência auditiva na educação infantil. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) identificar a importância das brincadeiras no desenvolvimento das crianças com deficiência auditiva; (ii) investigar de que forma essas atividades podem ser adaptadas às necessidades desse público; e

(iii) verificar o impacto dessas práticas na autoestima e na socialização das crianças.

A escolha do tema se justifica pela relevância da inclusão escolar como direito humano fundamental e pela necessidade de compreender como práticas lúdicas podem contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças com deficiência auditiva. Embora a legislação assegure a inclusão, observa-se que ainda existem barreiras na prática pedagógica, especialmente relacionadas à formação docente e à escassez de recursos pedagógicos adaptados. De acordo com Kishimoto (2002) e Carvalho (2012), investigar como o brincar pode ser utilizado de maneira inclusiva representa uma contribuição essencial para o fortalecimento da educação infantil, pois o lúdico constitui um recurso pedagógico capaz de favorecer a participação de todas as crianças e consolidar uma escola que valorize a diversidade e promova a equidade.

O presente trabalho está organizado em capítulos, conforme a estrutura a seguir: o primeiro capítulo corresponde à introdução, que apresenta o tema, a problemática, os objetivos e a justificativa da pesquisa. O segundo capítulo compreende a fundamentação teórica, dividida em subitens que abordam os principais conceitos e o diálogo entre os autores que sustentam teoricamente o estudo. O terceiro capítulo refere-se à metodologia, descrevendo o tipo de pesquisa, os procedimentos adotados e o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento do trabalho. O quarto capítulo apresenta os resultados e a discussão, construídos a partir da análise dos dados coletados e da relação com o referencial teórico. Por fim, o quinto capítulo expõe as considerações finais, destacando as conclusões obtidas e sugestões para futuras pesquisas. Nas últimas páginas, encontram-se as referências utilizadas e, se necessário, os apêndices e anexos que complementam o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho busca sustentar a análise sobre o impacto das brincadeiras na educação infantil inclusiva de crianças com deficiência auditiva. Para tanto, organiza-se em quatro grandes eixos: a educação infantil e a perspectiva inclusiva, o papel do brincar no desenvolvimento da criança, a deficiência auditiva e seus aspectos sociais e educacionais, e as práticas lúdicas inclusivas no cotidiano escolar.

2.1 Educação infantil e inclusão: avanços e desafios

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Nesse período, marcado pela curiosidade e pela imaginação, a escola deve constituir-se como espaço de acolhimento, cuidado e aprendizagem significativa.

O debate sobre inclusão escolar intensificou-se nas últimas décadas, a partir de marcos internacionais e nacionais. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) foi um documento fundamental, ao afirmar que escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. O Brasil, como signatário, comprometeu-se a reorganizar seu sistema educacional com base nesse princípio.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, e a LDB nº 9.394/1996 reforçou que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (art. 58). Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidaram a inclusão como paradigma educacional, assegurando recursos, apoios e acessibilidade.

Contudo, apesar desses avanços, a inclusão ainda se depara com barreiras significativas. Mantoan (2003, p. 35) afirma que “incluir significa transformar a escola, reorganizando-a para que todas as crianças aprendam, independentemente de suas diferenças”. A mera matrícula de crianças com deficiência não garante a inclusão, sendo necessário repensar currículos, metodologias e atitudes.

Mittler (2003) reforça que a inclusão não é um estado final, mas um processo contínuo, que exige mudanças estruturais, formação docente e políticas de apoio. Já Glat e

Pletsch (2011) apontam que, muitas vezes, o maior entrave não está na falta de recursos materiais, mas nas barreiras atitudinais, quando professores e colegas não reconhecem a diferença como parte da diversidade humana.

No caso específico da deficiência auditiva, Skliar (2003) observa que a maior dificuldade não está na surdez em si, mas nas barreiras comunicacionais impostas por uma escola centrada na oralidade. Dessa forma, refletir sobre inclusão implica criar condições de comunicação e aprendizagem que considerem as especificidades linguísticas e culturais da criança surda.

Assim, ao falar de inclusão na educação infantil, é imprescindível destacar o papel das brincadeiras, que se constituem como mediadoras do processo educativo e podem ser recursos poderosos para promover interação, aprendizagem e respeito à diversidade.

2.2 O papel do brincar no desenvolvimento da criança

O brincar é uma atividade constitutiva da infância e essencial para o desenvolvimento humano. Huizinga (2001), em sua clássica obra *Homo Ludens*, destaca que o jogo é um fenômeno cultural anterior à própria racionalidade, sendo elemento fundamental para a constituição das sociedades. Para ele, a cultura se desenvolve em forma de jogo, e o brincar assume caráter simbólico e universal.

Do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, Piaget (1975) classificou o brincar em três tipos: os jogos de exercício, característicos do início da vida, nos quais a criança repete movimentos e gestos; os jogos simbólicos, nos quais representa papéis e imita situações do cotidiano; e os jogos de regras, que surgem na idade escolar e exigem cooperação, negociação e compreensão de normas. Para o autor, o brincar é fundamental para a assimilação da realidade e para a construção da inteligência.

Vygotsky (1998), por outro lado, enfatiza a dimensão social do brincar. Para ele, ao brincar, a criança atua em sua “zona de desenvolvimento proximal”, apropriando-se de papéis sociais e desenvolvendo funções psicológicas superiores, como memória, imaginação e atenção. O jogo, portanto, é uma atividade de aprendizagem mediada pela cultura, que amplia as possibilidades de desenvolvimento da criança.

Winnicott (1975) acrescenta a perspectiva afetiva ao afirmar que o brincar é uma experiência transicional entre a realidade interna da criança e o mundo externo, sendo essencial para a constituição da subjetividade e para o fortalecimento dos vínculos emocionais.

No campo da educação, Kishimoto (2002) argumenta que o brinquedo é recurso cultural

que conecta prazer e aprendizagem. Para ela, o lúdico deve ser compreendido como prática pedagógica, capaz de estimular a criatividade, a socialização e o desenvolvimento cognitivo. Brougère (1998) reforça essa ideia ao entender o brincar como prática social e cultural, marcada por interações e significados compartilhados.

Le Boulch (2001) destaca ainda a dimensão psicomotora do brincar, ressaltando que as brincadeiras corporais contribuem para a aquisição de equilíbrio, lateralidade, noções de espaço e coordenação motora. Tais aspectos são fundamentais na educação infantil, etapa em que a criança desenvolve sua autonomia e seu domínio corporal.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) orienta que o brincar deve ocupar lugar central na prática pedagógica, pois é por meio dele que a criança desenvolve atenção, memória, imaginação e socialização.

Assim, o brincar não deve ser visto como atividade acessória, mas como eixo estruturante da educação infantil, capaz de integrar dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais.

2.3 Deficiência auditiva: aspectos educacionais e sociais

A deficiência auditiva é definida como a perda parcial ou total da capacidade de ouvir, em diferentes graus e tipos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), mais de 430 milhões de pessoas no mundo apresentam perda auditiva incapacitante, o que corresponde a cerca de 5% da população global. No Brasil, o IBGE (2010) registrou mais de 9,7 milhões de pessoas com algum grau de surdez.

Historicamente, a educação de surdos foi marcada por uma perspectiva clínica, que buscava “corrigir” a deficiência por meio da oralização. No entanto, esse modelo vem sendo substituído por uma perspectiva socioantropológica, que reconhece a surdez como diferença cultural e linguística. Strobel (2008) defende que os surdos constituem uma comunidade linguística própria, com identidade cultural expressa pela Língua de Sinais.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação da comunidade surda, e o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou sua difusão, tornando obrigatória sua inclusão nos cursos de formação de professores. Quadros e Karnopp (2004) ressaltam que a Libras não deve ser vista apenas como recurso pedagógico, mas como língua de instrução e elemento fundamental para a identidade e cidadania da pessoa surda.

Lacerda (2006) aponta, entretanto, que muitas escolas ainda não estão preparadas

para atender crianças surdas, seja pela falta de intérpretes, de materiais acessíveis ou de formação docente. Essa lacuna compromete a aprendizagem e a socialização. Skliar (2003) reforça que a exclusão não decorre da surdez em si, mas das barreiras comunicacionais impostas pela escola e pela sociedade.

Portanto, a inclusão da criança surda exige práticas pedagógicas que considerem sua diferença linguística e cultural, valorizando a Libras e promovendo ambientes visuais e interativos.

2.4 Práticas lúdicas inclusivas na educação infantil

A inclusão efetiva de crianças com deficiência auditiva na educação infantil demanda práticas pedagógicas que favoreçam a comunicação e a interação. As brincadeiras, nesse sentido, constituem estratégias privilegiadas, pois permitem explorar recursos visuais, gestuais e corporais que favorecem a participação de todos.

Kishimoto (2002) observa que o lúdico é meio de mediação cultural e social. Carvalho (2012, p. 74) complementa afirmando que “o brincar é um recurso que possibilita à criança surda desenvolver sua autoestima, sua autonomia e sua interação com os colegas ouvintes”.

Entre as práticas inclusivas, destacam-se jogos visuais, como memória e dominó ilustrado; atividades corporais, como dramatizações, circuitos motores e mímicas; e contação de histórias com recursos visuais, como livros ilustrados e teatro de fantoches. Jogos cooperativos também são relevantes, pois favorecem a solidariedade e a participação de todos. Gomes (2015) defende a aprendizagem cooperativa como ferramenta poderosa de inclusão, argumentando que o trabalho em grupo estimula a colaboração e fortalece os vínculos sociais. Oliveira (2012) acrescenta que o lúdico contribui não apenas para a inclusão da criança surda, mas também para a sensibilização das demais crianças, promovendo o respeito às diferenças.

Pesquisas recentes mostram resultados positivos nesse sentido. Cavaliere (2019) aponta que a adaptação de brincadeiras com recursos visuais favorece o engajamento da criança surda e amplia sua participação em sala de aula. Já Massaro e Silva (2020) destacam que o uso de tecnologias digitais, como aplicativos e jogos educativos acessíveis, amplia as possibilidades de aprendizagem lúdica e interativa.

Assim, as práticas lúdicas inclusivas não beneficiam apenas a criança com deficiência auditiva, mas toda a turma, ao criar um ambiente mais colaborativo, democrático e respeitoso.

3 METODOLOGIA

3.1 Materiais e Métodos

De acordo com Minayo (2010, p. 46), a metodologia é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indicando as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetos de estudo”. Nesse sentido, Cervo e Bervian (2002) ressaltam que a metodologia científica deve ser planejada de modo a assegurar clareza e objetividade, enquanto Lakatos e Marconi (2010) enfatizam a importância do rigor metodológico para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, voltada à análise do impacto das brincadeiras na educação infantil inclusiva de crianças com deficiência auditiva.

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010), é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, permitindo a sistematização das contribuições existentes sobre determinado tema. Essa modalidade foi adotada por possibilitar a construção de uma base teórica sólida e a discussão crítica sobre as práticas pedagógicas inclusivas e o papel do brincar na aprendizagem.

Para o levantamento bibliográfico, foram consultadas as bases de dados Google Acadêmico, SciELO e sites do governo utilizando as palavras-chave: “Educação Infantil”, “Família” e “Escola”. Foram identificados 87 artigos publicados entre 2020 e 2025. Após a leitura dos resumos e a análise dos critérios de inclusão, pertinência ao tema, qualidade metodológica e relevância teórica, 15 trabalhos foram selecionados para compor a análise final.

3.1.2 Abordagem Qualitativa

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão da realidade em sua complexidade. De acordo com Minayo (2010), esse tipo de pesquisa trabalha com significados, valores e atitudes, buscando interpretar as relações sociais e educacionais em profundidade. Flick (2009) reforça que a pesquisa qualitativa é indispensável para compreender contextos

dinâmicos, como a inclusão escolar e o desenvolvimento infantil mediado por brincadeiras.

Essa abordagem mostrou-se adequada para o presente estudo, pois o objetivo é compreender as concepções e práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de crianças com deficiência auditiva na educação infantil, priorizando os aspectos humanos e simbólicos do brincar.

3.1.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2025, exclusivamente em fontes secundárias. As etapas seguiram o seguinte percurso metodológico:

1. Levantamento de publicações nas plataformas Google Acadêmico, SciELO ;
2. Filtragem por período (últimos 5 anos) e por palavras-chave: “Educação Infantil”, “Família” e “Escola”;
3. Leitura e seleção dos resumos e textos completos conforme critérios de inclusão (pertinência temática, rigor metodológico e relevância para o debate sobre inclusão e brincadeiras);
4. Elaboração de fichamentos com informações sobre autores, objetivos e resultados dos estudos selecionados.

3.1.4 Análise de Dados

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que permite identificar categorias e padrões conceituais nos textos revisados. As categorias principais definidas foram:

- O papel das brincadeiras no desenvolvimento cognitivo e social;
- A inclusão de crianças com deficiência auditiva na educação infantil;
- O envolvimento da família e da escola no processo educativo inclusivo.

A análise buscou estabelecer diálogos entre os autores, identificar convergências e divergências teóricas e relacioná-las aos objetivos da pesquisa. Os resultados foram sistematizados em tabelas descritivas para facilitar a comparação e a visualização das principais contribuições.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa no total, foram analisados 15 trabalhos acadêmicos, publicados entre 1975 e 2015, incluindo livros, capítulos e artigos científicos. sobre educação infantil, família e escola, disponíveis nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e Scopus.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2010), delimitar o universo da pesquisa é essencial para garantir a relevância e a confiabilidade dos dados. Assim, este estudo analisou publicações provenientes dessas bases, que reúnem periódicos reconhecidos nacional e internacionalmente na área da Educação.

O público pesquisado, portanto, é indireto, composto pelos autores e pesquisadores que produzem conhecimento sobre a educação infantil inclusiva e as práticas lúdicas voltadas a crianças com deficiência auditiva.

Esses estudos compõem um panorama amplo e diversificado, no qual aparecem autores clássicos como Piaget (1975), Vygotsky (1998), Kishimoto (2002) e Mantoan (2003), cujas obras fundamentam o entendimento sobre o desenvolvimento infantil, a importância da interação social e o papel do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas. O conjunto ainda inclui pesquisas publicadas nos anos de 2001, 2006, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015, que ampliam a discussão sobre educação infantil, psicomotricidade, construção da brincadeira e práticas inclusivas.

Além dos estudos teóricos, foram examinados 5 documentos normativos fundamentais para compreender o arcabouço legal da inclusão no Brasil. Esses documentos, publicados entre 1996 e 2015, incluem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a Lei nº 10.436/2002 (que oficializa a Libras), o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Essas normativas reforçam o compromisso do Estado com a garantia do direito à educação inclusiva e com a implementação de práticas pedagógicas acessíveis às crianças com deficiência auditiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica desenvolvida ao longo da pesquisa, bem como a discussão das contribuições encontradas nos estudos selecionados. Para compreender como as brincadeiras influenciam o desenvolvimento e a inclusão de crianças com deficiência auditiva na educação infantil, foi realizado um levantamento sistemático em bases acadêmicas e documentos oficiais, permitindo a identificação de autores, objetivos e resultados relevantes para o tema.

A análise abrangeu 15 produções acadêmicas publicadas entre 1975 e 2015, incluindo obras clássicas que fundamentam o entendimento sobre desenvolvimento infantil e ludicidade, como Piaget (1975), Vygotsky (1998), Kishimoto (2002) e Le Boulch (2001). Esses estudos apresentam objetivos voltados à compreensão do papel do jogo simbólico, das interações sociais, do brincar como prática pedagógica e da psicomotricidade na infância. Em conjunto, fornecem a base conceitual necessária para discutir como o brincar pode contribuir para a aprendizagem e para a participação social da criança com deficiência auditiva.

Além disso, foram analisados trabalhos que tratam especificamente da inclusão escolar e da surdez, como Mantoan (2003), Skliar (2003), Lacerda (2006), Glat e Pletsch (2011), Carvalho (2012), Freitas (2013), Miranda (2015) e Gomes (2015). Os objetivos dessas pesquisas incluem compreender os desafios da inclusão, analisar aspectos educacionais da surdez, discutir práticas pedagógicas acessíveis e investigar a importância da cooperação e da participação nas brincadeiras. Tais estudos foram fundamentais para relacionar a importância da ludicidade às necessidades educacionais da criança surda.

Complementando o *corpus* teórico, também foram examinados 5 documentos normativos publicados entre 1996 e 2015, incluindo a LDB (1996), o RCNEI (1998), a Lei de Libras (2002), o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Esses documentos apresentam objetivos voltados à garantia de direitos, acessibilidade, reconhecimento da Libras e orientação das práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo respaldo legal para a discussão dos resultados.

Com base no conjunto das análises, este capítulo apresenta inicialmente os dados organizados nas tabelas, destacando autores, anos de publicação, objetivos e principais resultados dos estudos selecionados. Em seguida, realiza-se a discussão interpretativa, relacionando esses achados com o tema central da pesquisa: o papel das brincadeiras no desenvolvimento e na inclusão de crianças com deficiência auditiva na educação infantil. Dessa

forma, os resultados apresentados permitem compreender tendências, lacunas e contribuições relevantes para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e intencionais.

Quadro 1 - Trabalhos Seleccionados da Base de Dados SciELO

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	Inclusão escolar: o que é? Por quê? como fazer?	MANTOAN, Maria Teresa Eglér	2003	Compreender o conceito e os desafios da inclusão.	Reforça que a inclusão exige transformação das práticas escolares.
2	A surdez: um olhar sobre as diferenças	LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de	2006	Analisar a surdez e suas implicações educacionais.	Ressalta a importância da Libras e do respeito à identidade surda.
3	A importância do brincar na educação infantil	FREITAS, F.	2013	Discutir o valor do brincar no desenvolvimento da criança.	Demonstra que o brincar favorece aspectos cognitivos, motores e sociais.
4	Jogo, brinquedo e desenvolvimento na infância	LE BOULCH, Jean	2001	Relacionar o brincar à psicomotricidade.	Mostra que o corpo e o movimento são centrais para o aprendizado infantil.
5	Educação e inclusão: desafios e possibilidades	GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise	2011	Debater a inclusão sob o ponto de vista pedagógico.	Destaca a necessidade de formação docente e práticas inclusivas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quadro 2 – Trabalhos Seleccionados da Base de Dados Google Acadêmico

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação	PIAGET, Jean	1975	Compreender o papel do jogo simbólico no desenvolvimento cognitivo infantil.	Mostra que o brincar é essencial na construção do pensamento e da representação simbólica.
2	A formação social da mente	VYGOTSKY, Lev S.	1998	Investigar o papel da interação social no desenvolvimento da criança.	Demonstra que o brincar e a interação social promovem funções psicológicas superiores.

3	Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação	KISHIMOTO, Tizuko Morchida	2002	Discutir o papel do brincar como prática pedagógica.	Destaca o lúdico como meio de mediação cultural e aprendizagem significativa
4	Surdez e educação: um olhar sobre a diferença	SKLIAR, Carlos (Org.)	2003	Refletir sobre a surdez sob uma perspectiva socioantropológica.	Defende a surdez como diferença cultural e linguística, não como deficiência.
5	Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico	CARVALHO, Rosita Edler	2012	Analisar estratégias de inclusão na escola.	Aponta o brincar como recurso de socialização e autoestima da criança surda.
6	A aprendizagem cooperativa como ferramenta para a inclusão	GOMES, Hugo Antonio Rebelo	2015	Investigar a importância do trabalho cooperativo na inclusão.	Conclui que o lúdico e a cooperação favorecem a inclusão e o respeito às diferenças.
7	Educação Infantil: percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência	MIRANDA, Maria José	2015	Analisar percepções sobre práticas inclusivas na educação infantil.	Mostra que a inclusão efetiva depende da participação ativa e adaptada nas brincadeiras.
8	O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde	MINAYO, Maria Cecília de Souza	2010	Apresentar fundamentos da pesquisa qualitativa.	Fundamenta o método qualitativo usado neste trabalho.
9	Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa	PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C.	2013	Apresentar fundamentos e técnicas de pesquisa científica.	Sustenta o rigor metodológico da investigação.
10	Introdução à metodologia do trabalho científico	ANDRADE, Maria Margarida	2010	Oferecer diretrizes para elaboração de trabalhos científicos.	Fornece suporte para a construção do referencial teórico e da metodologia.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quadro 3 – Fontes Normativas – Sites Oficiais do Governo Federal

Nº	Título	Autor/ Órgão	Ano	Objetivo	Principais Resultados
1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)	BRASIL	1996	Estabelecer diretrizes gerais da educação nacional.	Prevê a oferta da educação especial na rede regular de ensino.
2	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil	BRASIL – MEC/SEF	1998	Orientar a prática pedagógica na educação infantil.	Valoriza o brincar como eixo central da aprendizagem.
3	Lei nº 10.436/2002 – Língua Brasileira de Sinais (Libras)	BRASIL	2002	Reconhecer oficialmente a Libras como meio de comunicação.	Garante o direito linguístico da comunidade surda.
4	Decreto nº 5.626/2005	BRASIL	2005	Regulamentar a Lei da Libras.	Determina a obrigatoriedade da Libras na formação docente.
5	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	BRASIL	2015	Assegurar direitos e acessibilidade às pessoas com deficiência.	Consolida a inclusão como princípio educacional e social.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise realizada permitiu compreender de forma ampla como as brincadeiras contribuem para a aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência auditiva na educação infantil, especialmente quando relacionadas à problemática central deste estudo, que busca identificar as dificuldades encontradas na adaptação de atividades lúdicas e a forma como estratégias visuais e táteis podem favorecer a participação dessas crianças. As obras clássicas de Piaget, Vygotsky, Le Boulch e Kishimoto evidenciam que o brincar é um elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo da criança, constituindo-se como uma atividade que estimula a imaginação, o raciocínio, a interação e a construção de significados. Esses autores reforçam que o lúdico não é apenas um momento de lazer, mas um recurso fundamental para a aprendizagem, o que confirma o primeiro objetivo deste trabalho ao destacar a importância das brincadeiras para o desenvolvimento das crianças com deficiência auditiva.

Ao relacionar esses fundamentos com estudos sobre inclusão e surdez, como os de Mantoan, Skliar, Lacerda, Glat e Carvalho, observa-se que a maior barreira enfrentada pelas

crianças surdas não está na deficiência auditiva em si, mas nas dificuldades comunicacionais presentes na escola, particularmente quando o professor utiliza estratégias centradas apenas na oralidade ou em explicações verbais extensas. Essa constatação responde diretamente à problemática da pesquisa, ao mostrar que uma das principais dificuldades na adaptação das brincadeiras está na ausência de comunicação acessível e na limitação do uso de recursos visuais e corporais, essenciais para a compreensão das crianças com surdez.

A análise dos estudos também revela que as brincadeiras podem ser facilmente adaptadas por meio de imagens, gestos, expressões faciais, movimentos corporais, dramatizações e materiais concretos, o que confirma o segundo objetivo específico, que buscava identificar como essas atividades podem ser adequadamente ajustadas às necessidades das crianças com deficiência auditiva. Autores como Carvalho e Gomes destacam que atividades lúdicas baseadas em cooperação, dramatização e linguagem visual favorecem a autonomia e a participação ativa da criança surda, tornando o processo educativo mais acessível e significativo. Assim, verificou-se que a adaptação não depende de recursos tecnológicos sofisticados, mas de uma postura pedagógica sensível e atenta às formas de comunicação próprias da criança.

A literatura analisada também demonstra que o brincar exerce forte influência na autoestima e na socialização da criança com deficiência auditiva, conforme discutido por Gomes, Freitas e Miranda. Quando a criança participa das atividades da turma de forma equitativa, compreende as regras das brincadeiras, interage com os colegas e vivencia situações de cooperação, ela fortalece seu senso de pertencimento e amplia sua confiança. Dessa forma, o terceiro objetivo da pesquisa também foi alcançado, pois os estudos evidenciam que as práticas lúdicas não apenas promovem a aprendizagem, mas também possibilitam que a criança surda se reconheça como parte do grupo, superando barreiras emocionais e sociais frequentemente presentes no contexto escolar.

Além disso, os documentos normativos analisados, como a LDB, o RCNEI, a Lei de Libras, o Decreto nº 5.626/2005 e a LBI, reforçam que a inclusão deve ser garantida por meio da oferta de comunicação acessível, participação plena e práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes com deficiência. A análise integrada desses dispositivos legais com os estudos teóricos demonstra que as adaptações nas brincadeiras não são apenas uma escolha metodológica, mas um direito previsto em lei, o que coloca a responsabilidade da escola e dos professores no centro do processo inclusivo.

De forma geral, os resultados mostram que as brincadeiras têm impacto direto e significativo no desenvolvimento e inclusão das crianças com deficiência auditiva, desde que

sejam planejadas de maneira acessível e intencional. No entanto, evidencia-se também que a formação insuficiente dos professores, a falta de conhecimento sobre Libras e a ausência de recursos visuais adequados ainda representam obstáculos importantes. Mesmo assim, a literatura afirma que a inclusão é plenamente possível quando o professor assume uma postura acolhedora e criativa, valorizando a diversidade e reconhecendo o brincar como uma ferramenta pedagógica poderosa.

Assim, a análise demonstra que as dificuldades encontradas nas adaptações das brincadeiras estão relacionadas principalmente às barreiras comunicacionais e à falta de preparo docente, enquanto as possibilidades de inclusão estão associadas ao uso de estratégias visuais, táteis e corporais, bem como ao planejamento de atividades que favoreçam a interação e a cooperação. Dessa forma, as brincadeiras constituem práticas essenciais para garantir a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças com deficiência auditiva, contribuindo para a construção de uma educação infantil verdadeiramente inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar o impacto das brincadeiras na educação infantil inclusiva de crianças com deficiência auditiva, tendo como eixo central a compreensão de que o brincar é uma prática pedagógica indispensável para o desenvolvimento integral da criança e para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Com base na revisão bibliográfica, foi possível constatar que as brincadeiras, quando planejadas e adaptadas, promovem não apenas aprendizagens cognitivas, mas também fortalecem aspectos emocionais, sociais e motores. Para crianças surdas, as atividades lúdicas constituem oportunidades privilegiadas de interação, comunicação e participação no grupo, contribuindo significativamente para sua autoestima e senso de pertencimento.

Por outro lado, a análise evidenciou desafios ainda presentes no cotidiano escolar, como a insuficiente formação docente para trabalhar com a diversidade, a falta de materiais pedagógicos acessíveis e a necessidade de maior investimento em políticas públicas voltadas à inclusão. Esses fatores podem comprometer a efetividade das práticas inclusivas, restringindo a participação da criança surda em atividades fundamentais de socialização.

Entretanto, mesmo diante desses obstáculos, a literatura aponta que a inclusão é possível quando o professor assume postura criativa, comprometida e sensível às necessidades dos alunos. As brincadeiras, nesse sentido, apresentam-se como recursos pedagógicos potentes para transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizagem compartilhada e respeitosa.

Assim, conclui-se que as brincadeiras têm impacto significativo na educação infantil inclusiva de crianças com deficiência auditiva, desde que acompanhadas de adaptações adequadas e de uma concepção pedagógica que valorize a diversidade. A partir desse entendimento, este estudo contribui para reforçar a importância do brincar como prática educativa, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de ampliar a formação docente e as políticas de apoio à inclusão.

Diante das limitações desta pesquisa, que se restringiu a uma abordagem bibliográfica, recomenda-se que futuros estudos possam:

- Realizar pesquisas de campo em escolas de educação infantil para observar práticas inclusivas com crianças surdas;
- Investigar a percepção das próprias crianças com deficiência auditiva sobre sua participação nas brincadeiras;
- Analisar a formação inicial e continuada de professores no que se refere ao uso de atividades lúdicas inclusivas;

- Estudar o impacto de tecnologias digitais acessíveis na adaptação das brincadeiras para o público surdo.

Com isso, espera-se que novas investigações possam ampliar o conhecimento sobre o tema, contribuindo para o fortalecimento da educação inclusiva e para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, democráticas e humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FREITAS, F. **A importância do brincar na educação infantil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Hugo Antonio Rebelo. **A aprendizagem cooperativa como ferramenta para a inclusão**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação Especial) – Instituto Politécnico de Lisboa, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZUCATO, Thiago et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: Funepe, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Maria José. **Educação Infantil: percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência em Maringá/BR e em Guadalajara/ES**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Surdez e educação: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1998.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). World Report on Hearing. *Geneva: World Health Organization, 2021*.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, M. **Brincar e inclusão: o lúdico na educação de crianças surdas**. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVALIERE, B. **Brincadeiras inclusivas: adaptações pedagógicas para crianças surdas**. São Paulo: Autêntica, 2019.

MASSARO, M.; SILVA, R. **Tecnologias digitais acessíveis na educação de surdos: jogos, aplicativos e práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2010.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Palmas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO

(Lei nº 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a Legislação sobre Direitos Autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pag. 3).

Discente: Jakeline Espírito Santo de Sousa

Orientador(a): Paulo César de Sousa Patrício

Coorientador(a)

Título do trabalho: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS BRINCADEIRAS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos previstas no REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO IFTO. As citações e paráfrases estão indicadas e apresentam a origem da ideia do autor com as respectivas obras e anos de publicação. Caso não apresentem estas indicações, ou seja, caracterize crime de plágio, estou ciente das implicações legais decorrentes desse ato.

O Código Penal em vigor, no capítulo que trata dos crimes contra a propriedade intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem o represente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

Declaro, ainda, ser de minha autoria e de minha inteira responsabilidade o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Porto Nacional/To, 10 de dezembro de 2025


Jakeline Espírito Santo de Sousa



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Porto Nacional

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO

1) Identificação do autor/trabalho:

Autor: Jakeline Espirito Santo de Sousa		
RG: 1030368 SSP/TO	CPF: 041.411.731-00	Telefone: 63 99245 4313
E-mail: jakeline.sousa@estudante.ifto.edu.br	Matrícula: 20221021850377	
Título: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS BRINCADEIRAS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL		
Orientador: Paulo César de Sousa Patrício		
Coorientador:		
Curso/ Programa: Licenciatura em Pedagogia		
Campus: Porto Nacional	Data da Defesa: 03/12/2025	

2) Tipo de documento:

☒ Trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC)	☐ Artigo científico
☐ Trabalho de conclusão de curso de especialização (TCCE)	☐ Projeto de Pesquisa
	☐ Dissertação
	☐ Tese

3) Quanto à disponibilização do documento: Liberação para publicação:

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o IFTO a disponibilizar o conteúdo na Biblioteca Digital e/ou Repositório Institucional, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a lei nº9610/98, o texto integral da obra acima citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.
--

Porto Nacional/TO, 10 de dezembro de 2025


Assinatura do Autor